

AS NOVAS REGRAS DO JOGO A FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

Edma A. Satar

Resumo

Este artigo, cujas linhas fundamentais foram apresentadas num Seminário pretende esclarecer as novas regras do jogo na formação técnico-profissional com a criação de vias de ensino paralelas e outros métodos de aprendizagem tanto para a educação com vista ao ensino universitário como para a educação com objectivos técnico-profissionais. O ensino deverá ser orientado por docentes com formação adequada e equivalente nos graus de Bacharelato, de Licenciatura, de Mestrado ou de Doutoramento.

Em primeiro lugar, apresentar-se-á o ambiente político dos anos 60 e 70 que precederam as revoluções políticas, preocupadas com um ensino mais democrático que defendesse a igualdade social e as oportunidades educativas para todos os cidadãos; das diferenças que marcaram, nessa altura, a desigualdade pessoal e educacional nos estudantes que frequentavam o ensino liceal e o ensino técnico. Em seguida, realçam-se os projectos educativos e sociais dos governantes europeus que procuram redefinir a política educativa, para quem a falta de formação qualificada e, consequentemente o desemprego são as principais preocupações da Comunidade Europeia. Finalmente, apresentam-se propostas para a reforma dos sistemas educativos e uma reavaliação das sociedades no contexto da mundialização para o próximo século.

NEW RULES IN THE TECHNICAL PROFESSIONAL EDUCATION

Summary

This paper whose deadlines were presented in a Seminar aims to show new rules in the technic-professional education with new teaching vias in parallel, and different learning methods. Teaching will be guided by qualified teachers who must have proper education and equivalence in the several degrees of school apprenticeship, such as Baccalaureat, Master of

Science, Master Degree and Doctorate. These degrees will follow both scholar and polytechnic ways. Primarily, it is shown the political environment that had preceded the political revolutions in the sixties and seventies concerning to social equity and educational opportunities; the differences, at this time, that marked inequality in the personal and professional education are proposed to change, giving place to a democratic education. Then, it is said, the educational and social projects of the European governors who are searching for redefining politics of professional education whereas the lack of qualified education and consequently unemployment are the main concerns of the European Community. Finally, it is given proposals for reforming educational systems and a reevaluation of societies in the changing world for the coming century.

AS NOVAS REGRAS DO JOGO NA EDUCAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

Edma A. Satar

Este artigo, cujas linhas gerais foram apresentadas num Seminário pretende esclarecer as novas regras do jogo na formação técnico-profissional, com a criação de vias de ensino paralelas e métodos de aprendizagem diferentes. O ensino será orientado por docentes qualificados e com formação adequada, e equivalente nos graus de Bacharelato, Licenciatura, Mestrado e Doutoramento quer pela via de escolaridade quer pela via do politécnico.

Realça-se ainda, a dualidade formação alternada e formação em alternância.

As revoluções políticas dos anos 60 e 70 deram origem à democratização da educação, com grande realce na preocupação da igualdade social e de oportunidades educativas. As então existentes escolas técnicas comerciais e industriais foram extintas, já que marcavam a desigualdade na formação tanto pessoal como profissional entre os educandos técnicos e os liceais, aqueles considerados de menor recursos económicos e vindos de classes sociais menos privilegiadas, estes, de elite.

Presentemente, no auge da construção europeia, os governantes europeus procuram redefinir as políticas de formação profissional, visto a falta de formação qualificada e, conseqüentemente o desemprego, ser uma das maiores preocupações comunitárias. São pois, precisas respostas urgentes dos sistemas de formação e uma reavaliação das reformas das sociedades.

A mudança de século dentro de dois anos faz repensar a política educativa do século passado, influenciada pelas revoluções política e industrial, nas quais as estruturas mecânicas conduziram às formas mecanicistas do pensamento. Após a industrialização, surgiu o conceito

mecanicista do trabalho numa “gestão científica”, baseado na ideia taylorista de que nas empresas não se produzia o que se devia, que os recursos dos assalariados deviam progredir segundo a produção. Pensou-se então, em conceber um modo de organização do trabalho que permitisse medir objectivamente o que cada um realmente produzisse, dando assim peso ao trabalho individualizado, e originando a especialização das funções exercidas, com a consequente hierarquização desses especialistas, pois que uns dependiam de outros, consoante o grau de especialização. Este modo de organização trouxe inconvenientes, principalmente no que respeita à desigualdade dos níveis entre os operários, além do inconveniente de as estruturas hierárquicas limitarem a criatividade, a vontade e a personalidade do pessoal.

Com a democratização da educação e da política de emprego, surge a necessidade de se desenvolverem contactos entre a educação e o trabalho. A escola tornada empresa [ESTABLET, R.: 1987] passa a sistema sócio-técnico: a sua eficácia resulta tanto da sua organização social como da sua organização técnica, devendo os programas escolares adaptar-se ao “meio”, isto é, ao estabelecimento de uma relação entre a educação e o mundo do trabalho. O sistema educativo deve tornar-se mais suave, e proporcionar uma aprendizagem capaz de se adaptar às mudanças do século.

Para colmatar as diferenças sócio-educativas da educação técnica dos anos 70, é necessário adaptar o ensino às possibilidades económicas e sociais reais [LEMAIRE, M.J.: 1996]. Não que se pense em restaurar processos educativos de prestígio diferente como os da educação técnica e da educação liceal anterior, mas implementar-se processos educativos que se abram às perspectivas de vida melhor, com a mesma igualdade de possibilidades de ensino.

É com este objectivo que a política educativa comunitária pretende redefinir as regras do jogo: reestruturar os sistemas educativos a partir do ensino básico passando pelo ensino secundário e pelo ensino superior, nas vertentes de via generalista e de via técnico-profissional. Pretende-se pois, partir de uma formação inicial num determinado período, num sistema interactivo de educação e de formação.

Questiona-se se será possível um novo dado na política de educação e de formação, com formas diferentes de aprendizagem, embora com

objectivos comuns, isto é, a aprendizagem pela via de escolaridade por um lado, e a aprendizagem pela via técnica, por outro, a acompanhar a rápida mudança tecnológica, sócio-cultural, aos níveis de qualificação académico-profissional e ao trabalho qualificado, nesta sociedade competitiva. É preciso olhar de frente para a situação do mercado de trabalho, para a situação de emprego massivo e pouco sensível ao crescimento económico, ao mercado de trabalho contrastado, fortemente selectivo, bipolar, marcado pelas dificuldades de inserção dos jovens no primeiro emprego. Ainda há a considerar o desemprego de longa duração [LEBAUBE, A.J.: 1996], cuja política de subsídios de certo modo agravou a situação, pois muitos desempregados preferiam receber os subsídios, a empregar-se.

Segundo Cuisinier (1996), a acompanhar a evolução, pode inserir-se a formação inicial nos sistemas educativos, com missões e exigências objectivas:

- a **missão de educação** – para transmitir e fornecer métodos de aprendizagem,
- a **missão de formação** – num processo inicial de qualificação que integre a formação profissional e proporcione aos jovens a capacidade de se adaptarem ao emprego e,
- **exigências** – não só para dar uma formação de base o mais alargada possível como para se proporcionar a base de formação inicial, na fase que precede a inserção profissional.

A formação profissional no seio dos sistemas educativos comunitários vai situar-se em dois pontos:

1. **Na evolução dos sistemas educativos** com a preparação de formação de base mínima para permitir a inserção profissional correcta,
2. **Na evolução ao bacharelato técnico** como alternativa ao bacharelato universitário.

A alternativa ao bacharelato técnico reconhece que muitas competências apenas se adquirem na situação de trabalho, o chamado “saber

técnico”. A cultura técnica caracteriza-se pelo domínio manual e intelectual de certas matérias. As capacidades práticas do indivíduo são orientadas pela acção sobre a matéria, sobre os objectos, cujas ferramentas devem ser adaptadas ao indivíduo. Nesta formação profissional distinguem-se diversos graus:

- a **formação elementar** destinada a dar aos trabalhadores a posse da sua profissão ou da sua função,
- a **formação científica, técnica e estética** destinada a certas categorias altamente especializadas,
- a **formação dos quadros intermédios especializados**,
- a **formação dos quadros superiores especializados**, responsáveis pelos departamentos.

Estes graus de formação são aplicáveis a qualquer carreira.

Pelo contrário, a educação intelectual, a universitária, é apenas um dos aspectos da adaptação ao meio social. A sociedade não é unicamente um sistema ideológico de crenças, mas também um sistema técnico de produção e de consumo. As mudanças com o meio social não se fazem apenas no plano do pensamento, mas no plano das coisas, na actividade colectiva, na qual cada indivíduo desempenha uma função. É o aspecto da adaptação que conduz à profissionalização e, com esta, se consegue atingir a socialização do indivíduo.

Enquanto a educação intelectual forma as pessoas no aspecto geral, a educação técnica forma-as no aspecto especial. Estes dois aspectos da educação podem ser paralelos e terem a mesma equivalência de valor, embora com métodos de aprendizagem diferentes, como já se referiu: uma mais teórica, outra mais prática. Há indivíduos que aprendem melhor manipulando os objectos, tirando daqui e repondo acolá, nas suas engenhocas; outros, aprendem filosofando e abstraindo teorias. Estes, mais abstractos nas suas representações mentais consolidam a aprendizagem também de modo mais abstracto.

De qualquer modo, estes dois modelos de aprendizagem requerem orientações escolares e profissionais por docentes bastante qualificados, com formação adequada, em Escolas Superiores de Educação (ESE), como a

que se pretende exigir para o ensino politécnico. O grau de exigência de formação desses docentes será o mesmo que para os docentes do ensino superior universitário, passando pelos mesmos graus de bacharelato técnico, bacharelato universitário, licenciatura técnica, licenciatura universitária.

No final, quer do ensino prático quer do teórico, o indivíduo deverá atingir a mesma formação, podendo prosseguir a fase da formação profissional contínua, onde poderá também, ao mesmo tempo, consolidar a formação promocional:

1. FASE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL CONTÍNUA

Nesta fase, o indivíduo terá que se reconciliar com o seu “métier”, adaptar-se à sua profissão, aplicando as qualidades humanas, no exercício da sua função. A reconciliação do indivíduo com a sua profissão supõe que ele já esteja qualificado para exercê-la. Esta avaliação é feita pela orientação profissional, que não deve ser confundida com a orientação escolar, que vai ajudar o indivíduo a tomar consciência das suas capacidades e das suas aspirações, e a escolher a sua profissão.

Adquirida a primeira fase de conhecimento pela formação inicial técnica ou universitária, cabe à orientação profissional tornar cada vez mais especializada a educação escolar no decurso da aprendizagem prática. É na empresa que o indivíduo vai consolidar o que teoricamente aprendeu, apoiando-se em grupos de trabalho estruturados, tendo cada grupo a responsabilidade e liberdade de escolher o seu próprio método de trabalho, fomentando a criatividade e estabelecendo os seus níveis de produção. Embora cada técnico execute a sua tarefa, deve fazê-lo com o objectivo de cooperação laboral.

É neste contexto que cabe a formação profissional segundo os princípios fundamentais de extensão, sem excepção, a todos os indivíduos que a pretendam fazer, partindo do facto de que todos estão convenientemente preparados, independentemente do nível da sua escala social.

Pode-se então realçar a formação profissional contínua como a aprendizagem que se liga às necessidades do posto de trabalho.

O conceito de formação profissional contínua tem dois aspectos:

1) a formação alternada, e 2) a formação em alternância:

1) A formação alternada é o processo de formação escolar. Visa proporcionar conhecimentos culturais, técnicos e científicos, preparando o aprendiz para a continuação de aprendizagens em contextos educativos médios ou superiores;

2) A formação em alternância é o processo de formação que articula as aprendizagens efectuadas na escola / centro de formação e as aprendizagens realizadas na empresa. Tem como objectivo educativo formar jovens para a vida activa.

Os modelos de formação em alternância vão de encontro com as práticas do aprendiz e visam a adequação de qualificações profissionais com realce em três aspectos:

- o desenvolvimento pessoal – que prepara o indivíduo,
- o desenvolvimento social – que prepara o indivíduo para se adaptar às situações sociais,
- o desenvolvimento profissional – que o prepara para se adaptar à sua profissão.

2. FASE DA FORMAÇÃO PROMOCIONAL

Assim, em qualquer carreira técnico-profissional, após a formação inicial, os indivíduos possuem a sua ferramenta de trabalho, o saber. A cultura profissional não é, à partida, especializada. A especialização, como toda a educação, deve ser progressiva, proceder-se por etapas. À medida que se vai progredindo na carreira, a formação promocional pode acompanhar a formação contínua. Começa-se pelas funções mais elementares do sector ou departamento, seguindo as funções técnicas cada vez mais exigentes, até se ter o domínio do conjunto do funcionamento do sector em que se trabalha. Por isso, não tem cabimento que os técnicos exerçam rotativamente qualquer das funções estabelecidas no regulamento das diversas categorias que

constituem as carreiras. No final da carreira, qualquer técnico-adjunto especialista está apto a supervisionar o trabalho técnico. Em casos de excelência profissional, dever-se-á promover o técnico para a função de formação profissional, com conteúdo funcional inerente ao posto.

A formação promocional também se pode fazer segundo o princípio da alternância. Na carreira técnico-profissional, o princípio da alternância consiste em períodos de trabalho na empresa e na formação contínua. Alterna-se a aprendizagem escolar ou técnica com a prática na empresa ou no local de trabalho. A formação em alternância deve ser organizada segundo alguns princípios:

- que a aprendizagem abstracta seja substituída pela aprendizagem concreta,
- que se verifique uma desintelectualização da aprendizagem escolar feita pelo aluno,
- que os estudantes não se sintam nem estudantes nem trabalhadores.

O salto na carreira técnico-profissional com o prosseguimento dos estudos para a obtenção do bacharelato, assim como para a licenciatura, mestrado ou doutoramento, trará outras exigências e pode ser feito em alternância ou em formação contínua, na relação trabalho-escola.

Os cursos de formação promocional poderão ser ministrados pelas Escolas de Formação das Associações representativas de cada carreira, pelos Sindicatos Profissionais e pelas Reitorias Académicas.

CONCLUSÃO

A mudança para este tipo de formação implicará uma mudança na própria sociedade e vice-versa, contribuindo para a qualidade de trabalho, para a satisfação profissional dos trabalhadores e para a diminuição do desemprego.

As Escolas Profissionais como alternativa poderão desempenhar um importante papel na formação de técnicos intermédios e de profissionais altamente especializados.

BIBLIOGRAFIA

- CABRITO, Belmiro Gil (1994) – *Formações em alternância: Conceitos e práticas*, Lisboa, Educa.
- CUISINIER, Jean-François (1996) – *Les formations professionnelles initiales*. Séminaire Formation, Emploi et Société, Paris, 25-26 nov.
- EIDE, Kjell (1979) – *L' education et le travail*. In: Apprendre et travailler, Paris, ONU, 95-108.
- EMMERIJ, Louis (1979) – *Enseignement et travail: Alternance ou continuité?* In: Apprendre et travailler, Paris, ONU, 123-139.
- ESTABLET, Roger (1987) – *L' école est-elle rentable ?*, Paris, P.U.F.
- GRÁCIO, Sérgio (1986) – *Política educativa como tecnologia social: As reformas do ensino técnico de 1948 a 1985*, Lisboa, Livros Horizonte.
- HEDELINE, Jean-Pierre (1996) – *Le développement des formations en alternance et les attentes des partenaires économiques*, Séminaire Formation, Emploi et Société, Paris, 25-26 nov.
- HUBERT, René (1946) – *Traité de pédagogie générale*, Paris, P.U.F.
- JARDILLIER, Pierre (1973) – *L'organisation humaine du travail*, Paris, P.U.F.
- LEBAUUBE, Alain (1996) – *Changer le travail*, Séminaire Formation, Emploi et Société, Paris, 25-26 nov.
- LEMAIRE, Michel (1996) – *Resources humaines, développement économique et adaptation des entreprises*, Séminaire Formation, Emploi et Société, Paris, 25-26 nov.
- MORISH, Ivor (1970) – *Education since 1800*, London, George Allen.
- PRIEUR, Jean (1996) – *La formation professionnelle ou service de l'emploi?*, Séminaire Formation, Emploi et Société, Paris, 25-26 nov.
- SCHWARTZ, Bertrand (1979) – *Problèmes et promesses de l'alternance*. In: Apprendre et travailler, Paris, ONU, 109-122.
- UNESCO (1979) – *Apprendre et travailler*, Paris, ONU.

1. Técnica Superior Principal (BD) na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade Clássica de Lisboa, Alameda da Universidade – 1600 Lisboa.

2. Seminário “*Formation, Emploi et Société*”, Paris, 25-26 nov., 1996.

Cf. CABRITO, Belmiro Gil (1994): *Formações em alternância: Conceitos e práticas*, Lisboa, Educa.